

Cláudia Alves dos Santos

Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (POSGEO-UFBA), Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IF Farroupilha)
c.alvesantos@gmail.com

O trabalho de campo e as trajetórias de mulheres eleitas para cargos eletivos: reflexões feministas sobre o lugar

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma situação de pesquisa desenvolvida em 2023, como parte integrante de uma tese que busca articular os conceitos/categorias da ciência geográfica com as trajetórias de mulheres eleitas para cargos eletivos. Procurei demonstrar a importância do trabalho de campo como um conceito teórico-prático que (re)orienta estudos na Geografia e situações reflexivas relacionadas às fenomenologias críticas feministas. O trabalho foi realizado na cidade de Santa Maria (RS) através das seguintes etapas: análise da organização espacial da Câmara Municipal, entrevistas com vereadoras e reflexões sobre a espacialização dos votos das mulheres eleitas na cidade. Os resultados indicaram a importância do/a pesquisador/pesquisadora pensar em si como um corpo que apresenta especificidades, revelando ou não limitações no ato da pesquisa e situacionalidades da existência feminina relacionadas à política brasileira.

Palavras-chave: lugar, mulheres, trajetórias.

Abstract

FIELDWORK AND THE TRAJECTORIES OF WOMEN ELECTED TO ELECTED OFFICE: FEMINIST REFLECTIONS ON PLACE

This article aims to present a research situation developed in 2023 as part of a thesis that seeks to articulate the concepts/categories of geographical science with the trajectories of women elected to elective office. I have tried to demonstrate the

importance of fieldwork as a theoretical-practical concept that (re)direct studies in geography and reflective situations related to feminist critical phenomenologies. The work was carried out in the city of Santa Maria (RS) through the following stages: analysis of the spatial organization of the City Council, interviews with female councillors and reflections on the spatialization of the votes of women elected in the city. The results showed the importance of the researcher thinking of herself/himself as a body that has specificities, revealing or not limitations in the act of research and situationalities of female existence related to Brazilian politics.

Key-words: place, womens, trajectories.

1. Introdução

As reflexões aqui propostas têm como objetivo demonstrar a importância do trabalho de campo como um conceito teórico-prático que (re)orienta as pesquisas na área da Geografia. A ideia subjacente a esse escrito é a de buscar, através de uma situação de pesquisa, relacionar os estudos sobre o lugar na ciência geográfica e as trajetórias de mulheres eleitas para cargos eletivos. Esse procedimento se fez necessário para alicerçar os caminhos teórico-metodológicos da atual pesquisa de Doutorado, que venho desenvolvendo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia.

As leituras para a escrita deste artigo foram balizadas a partir das discussões propostas no Boletim Paulista de Geografia, número 84, publicado no ano de 2006, e em estudos teóricos fenomenológicos críticos feministas.

Ao reler a coletânea de textos publicada sobre a temática do trabalho de campo na Geografia, repensei o quanto, muitas vezes, deixei de relatar situações importantes ou até não pensei na minha posicionalidade nos estudos que desenvolvi como pesquisadora durante a minha trajetória acadêmica.

Esse meu retorno ao Doutorado, quase quinze anos depois de finalizar o Mestrado, está eivado também de novas leituras que adquiri sobre as fenomenologias críticas feministas. Destaco as discussões propostas por Juliana Missagia (2015), Louise Levesque-Lopman (2000) e Young (2005), como caminhos para uma reflexão feminista sobre minha posicionalidade no processo de construir e efetivar uma proposta de pesquisa. O pensar em si, como um corpo que tem ou não movimento, cor, gênero, raça e orientação sexual, em um trabalho de campo, pode proporcionar

aprofundamentos teórico-práticos e revelar as limitações que cada pesquisador/pesquisadora apresenta em relação à proposta de investigação.

A compreensão do trabalho de campo não só como uma prática, mas também como um norteador para as teorias propostas, ganhou certo amadurecimento durante o mestrado que também desenvolvi na Pós-Graduação em Geografia da UFBA. A escolha por estudar, naquele momento, a temática da violência urbana na cidade de Salvador, focando em um bairro considerado violento, levou-me à construção de diversas estratégias metodológicas que se entrecruzavam com as questões teóricas.

Durante o trabalho de campo no mestrado, precisei pensar com muita cautela sobre como circularia pelo bairro do Nordeste de Amaralina e como seriam as abordagens para realizar as entrevistas. Na época, confesso, eu pouco refletia sobre a minha condição de ser uma mulher muito jovem, branca e não moradora do bairro em questão. Infelizmente, não terei como descrever todas as estratégias teórico-metodológicas que desenvolvi para a escrita da minha dissertação¹, porém gostaria de destacar, a seguir, de forma sucinta, um dos processos pouco refletidos naquele momento da minha trajetória acadêmica.

A minha entrada no bairro se deu através de um grupo de mulheres, mais especificamente uma mulher estrangeira, uma das coordenadoras do grupo, que permitiu a minha presença entre elas. A conversa inicial que tivemos foi o ponto crucial para todo o desenvolvimento das minhas atividades. Eu fui sincera ao dizer para ela que, como pesquisadora, não teria nada a oferecer. Expliquei que falaria pouco e prometi uma escuta atenta. A solicitação feita foi uma apresentação dos resultados de modo a propiciar que todo o grupo entendesse os motivos da pesquisa. Cumpri ao final da pesquisa com o nosso combinado e algumas se fizeram presentes também no dia da minha defesa na Universidade.

Naquele momento da escrita, eu pouco refleti sobre esse meu encontro com uma mulher que também apresentava características equivalentes às minhas: éramos forasteiras, brancas e jovens. O que esse encontro de lugares proporcionou de aprofundamentos teórico-práticos em minha pesquisa? Eu deixei passar naquela época uma boa descrição de uma situação e, portanto, a ideia agora é tentar captar, nos potenciais encontros vindouros com as “pesquisadas”, novas possibilidades teórico-práticas.

A atual pesquisa de Doutorado tem como objetivo compreender o lugar das mulheres na política institucional e o enfoque recai sobre as trajetórias de um grupo de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados Federais. Portanto, o trabalho de campo terá que ser desenvolvido na cidade de Brasília como um momento da pesquisa. Só que, dessa vez, ao refletir sobre os entraves de não morar em Brasília e de ter pouca experiência de contato com mulheres na política institucional, resolvi construir uma situação de pesquisa, entre julho e agosto de 2023, na cidade em que moro (Santa Maria-RS), com mulheres eleitas para o cargo de vereadora.

O artigo foi escrito a partir de três momentos. No primeiro, descrevo estratégias teórico-metodológicas desenvolvidas para a realização das entrevistas com as vereadoras refletindo sobre tais mecanismos. No segundo momento, apresento trechos das entrevistas e busco explicitar o pensar a ciência geográfica e sua relação com uma fenomenologia crítica feminista. No último momento, das considerações finais, procuro demonstrar, através dos resultados obtidos com o trabalho de campo, a importância de se pensar conceitos/categorias da Geografia em movimento, retomando as situacionalidades da existência feminina e as afetações desse exercício no fazer uma pesquisa.

2. O trabalho de campo como um momento de reflexão para a construção de caminhos na pesquisa

A ideia de experimentar a pesquisa em uma escala geográfica completamente diferente da proposta presente no projeto inicial formulado para ingresso no Doutorado foi algo importante para analisar como os procedimentos metodológicos e a teoria, em especial o conceito/a categoria lugar, ganham novos contornos a depender das situações de pesquisa. Concordamos com Serpa (2006), quando ele aprofunda a análise do trabalho de campo e explicita que:

O trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado. O trabalho de campo em Geografia deve perseguir, portanto,

a ideia de particularidade na totalidade, abandonando de modo enfático a ideia de singularidade de lugares, cidades, bairros ou regiões (p. 10).

Antes de realizar o trabalho de campo que envolvia analisar o funcionamento e a organização espacial da Câmara dos Vereadores da cidade de Santa Maria, bem como efetuar entrevistas com as quatro vereadoras eleitas no ano de 2020, fiz leituras na área da Ciência Política. Esse campo teórico apresenta muitos estudos sobre a presença das mulheres na política institucional e desenvolve metodologias estatísticas consolidadas em pesquisas relacionadas à Geografia do Voto.

Para este artigo, considero importante destacar o livro organizado por Luis Felipe Miguel, intitulado “Mulheres e Representação Política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil”. Essa obra reúne uma coletânea de vinte e quatro artigos, a maioria escrita por mulheres das áreas das ciências sociais e política sobre suas diversas pesquisas com a temática de representação e mulheres na política institucional, apresentando algumas situações de pesquisa que me fizeram reformular certos procedimentos metodológicos para o trabalho de campo.

Um desses artigos, escrito por Irllys Alencar F. Barreira e intitulado “Mulheres no Congresso: trabalho político, agenciamentos coletivos e rituais de reconhecimento”, descreve situações de pesquisa significativas no âmbito da Câmara dos Deputados. Uma delas envolveu as dificuldades que se tem para alinhar datas e locais para a realização de entrevistas com as deputadas. Segundo Barreira (2021):

A sugestão de encontros nos cafés das plenárias, como alternativa às entrevistas realizadas em gabinetes, revelou que as oportunidades disponíveis se impunham além das formas idealizadas de obtenção de informação. A notícia de que a deputada se encontrava em algum lugar da “casa” era parte de uma dinâmica de aproveitamento de ocasiões (p. 603).

Ao realizar o trabalho de campo em uma cidade do interior do Brasil – Santa Maria (RS) – me questionei quais seriam os entraves para a efetivação das entrevistas. Eu só ficaria um mês e meio na cidade e gostaria de entrevistar as quatro vereadoras eleitas. Em Santa Maria, duas das quatro vereadoras, alinhadas ao perfil da extrema direita, não participaram das entrevistas. As situações, com elas, aconteceram da seguinte forma: uma delas nunca respondeu ao e-mail enviado a fim de solicitar o agendamento

e a outra alegou problemas de saúde na família no período em que eu poderia realizar a entrevista.

Lamentei por não ter conseguido o agendamento, pois, na minha avaliação, essa seria uma experiência de relevância para a pesquisa. Como sou uma pesquisadora que não acredita na neutralidade da produção acadêmica, muitas vezes me questionei como seria o meu comportamento diante de algumas respostas dessas candidatas. Mas, nem sempre o que parece confortável na prática irá funcionar da maneira idealizada.

Antes de apresentar as análises sobre as entrevistas, considero importante descrever algumas das ações que realizei no trabalho de campo. A primeira delas foi uma visita à Câmara dos Vereadores para observar o espaço. Eu já conhecia a organização espacial dessa Câmara, pois estive em uma sessão, no ano de 2021, que debatia a greve dos rodoviários. Dessa vez, adentrei o espaço e expliquei a um servidor que eu estava fazendo uma pesquisa sobre a trajetória de mulheres na política institucional e, prontamente, ele direcionou-me para o setor do arquivo. Assim, ao chegar nesse local, deparei-me com a responsável e expliquei novamente a minha presença ali. Ela rapidamente me disponibilizou por e-mail dois estudos, realizados por outras pesquisadoras, sobre as vereadoras de Santa Maria, e orientou-me para uma exposição dentro da Câmara, de fotografias de mulheres eleitas.

Inicialmente, considerei a pesquisa confortável, pois, além da recepção que tive como pesquisadora na Câmara, eu também já havia conseguido agendar duas entrevistas, uma com a vereadora do Partido dos Trabalhadores (PT) – Marina Callegaro – e a outra com a vereadora Luci Beatriz Duarte (mais conhecida como Tia da Moto), do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

A primeira entrevista agendada foi com a vereadora Marina Callegaro para o dia 03.08.2023; porém, fez-se necessário um novo agendamento, pois a sessão daquele dia seria externa e, portanto, ela não teria como se organizar para me recepcionar de uma forma mais tranquila.

As duas entrevistas aconteceram no mesmo dia (08.07.2023), pela manhã, e foram momentos não só de troca com as vereadoras, mas também com as assessorias. Durante a interlocução com assessores, mostrei um levantamento que havia feito da distribuição dos votos por bairros e distritos das quatro vereadoras eleitas. Expliquei que, quando a prefeitura me liberasse

os arquivos digitais georreferenciados dos mapas dos bairros e dos distritos de Santa Maria, iria espacializar os dados. No entanto, eles acharam interessantes as tabelas e me perguntaram se eu poderia disponibilizá-las. Afirmei que sim, e, ao final de cada entrevista, enviei os dados para as duas assessorias.

Uma situação importante, relacionada às tabelas de distribuição de votos, aconteceu com uma das assessoras da vereadora Mariana Callegaro. Ela analisou comigo os dados e eu questioneei sobre a concentração alta de votos em um distrito de Santa Maria por outra vereadora eleita. A assessora respondeu-me prontamente sobre a família dessa vereadora possuir muitas empresas naquela localidade. Entendi que aquela informação poderia me levar a outras pesquisas e até mesmo seria importante visitar tal distrito. Não me aprofundi em averiguar essa informação, pois a vereadora em questão não havia respondido a minha solicitação de entrevista. No entanto, essa circunstância chamou minha atenção para as possibilidades que poderão se abrir com as assessorias das deputadas federais, ensejando um novo procedimento na minha atual pesquisa.

Após essas reflexões, sobre os novos esboços pensados para a construção de uma pesquisa, prossigo a escrita a partir dos resultados obtidos das entrevistas com as vereadoras e dos dados espacializados de suas votações.

3. Pensando sobre o lugar na trajetória das mulheres na política

As duas entrevistas que realizei com as vereadoras da cidade de Santa Maria foram exercícios importantes de reflexão dos processos teórico-metodológicos para a pesquisa que está em andamento. O estudo de trajetórias é um caminho teórico-metodológico utilizado, com certa frequência, nas áreas de ciências sociais, ciência política, história e literatura. Duas pesquisadoras, Céli Pinto e Augusta Oliveira, que escreveram no ano de 2020 o artigo “Caminhos e descaminhos das cientistas políticas brasileiras”, publicado no livro “Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias”, diferenciam biografias coletivas e trajetórias como procedimentos metodológicos:

as biografias coletivas sempre têm por base a existência de uma rede entre os biografados, e a relação entre os indivíduos é parte constitutiva e ocupa o centro da análise; já os estudos de trajetórias têm um outro propósito; não se ocupam dos

indivíduos e de suas relações interpessoais, mas dos caminhos que seguem grupos determinados por profissão, carreira política, carreira literária (p. 247).

Elas diferenciam, mas assumem que, para trabalhar os “caminhos e descaminhos das cientistas políticas brasileiras”, as duas estratégias são válidas. Para minha pesquisa, também prevejo que a trajetória relacionada ao lugar engloba ainda a biografia do indivíduo. Considero importante, por exemplo, compreender questões pessoais que envolvem a organização da vida doméstica das mulheres políticas. Concordamos com Araújo (2022) quando avalia que esse tema é um problema político e impeditivo de vivências de engajamentos a partidos políticos.

Para esta pesquisa, a biografia será pensada não como algo individualizado (BOURDIEU, 2006), mas atravessada por outros grupos de indivíduos e estabelecida muitas vezes pelo lugar que constituem os seres encarnados. O geógrafo finlandês Pauli Tapani Karjalainen publicou em 2003 o artigo “On Geobiography” e destacou a importância dos estudos de biografias para a ciência geográfica, assumindo a importância de se pensar uma Geobiografia, pois, para ele: “Biografia, literalmente, refere-se à descrição em palavras ou de outra forma do curso da vida de alguém. A Geobiografia é a expressão do curso da vida em relação aos lugares onde se viveu”² (KARJALAINEN, 2003, p. 87, tradução minha). Porém, no mesmo parágrafo, o professor reflete e questiona: “Sublinhar ‘os lugares vividos’ pode parecer trivial. Mas como alguém pode existir sem um lugar? Como seres encarnados, sem dúvida, não temos outra possibilidade a não ser viver em algum lugar. A vida humana é uma realidade topocêntrica”³ (KARJALAINEN, 2003, p. 87-88, tradução minha).

Por conseguinte, penso ser relevante apresentar como o conceito/a categoria lugar é norteador/a na tentativa de compreender as trajetórias das vereadoras eleitas. Em 2022, o pesquisador Angelo Serpa escreve um artigo intitulado “Problematizando lugar como conceito e categoria da geografia humanista” e já apresenta na introdução o entendimento de lugar como “aberto ao exterior, como processual/multiescalar e como criação/produção espacial” (SERPA, 2022, p. 4). Conforme explica o autor, ainda é algo comum na ciência geográfica relacionar lugar à escala local. Ele exemplifica esse pensamento quando as pessoas associam “lugar a fragmentos espaciais fechados em relação ao exterior, bem como a uma identidade espacial fixa, conservadora e paroquial” (SERPA, 2022, p. 5). Sobre essa reflexão, Relph

(2014) destaca que, a partir da década de 1990, as construções teóricas caminhavam no sentido de superar as propostas universalistas considerando as diferenças raciais, sexuais, políticas ou arquitetônicas.

A Geografia Humanista, com base em um caminho fenomenológico crítico feminista, também vai compreender a coerência que o método exige para se pensar as experiências dos diversos grupos que compõem uma sociedade, logo o conceito de lugar não se restringe nem à escala local e muito menos a um ponto de localização.

Também são comuns, quando se discute o lugar na Geografia, interpretações equivocadas de que o vivido é apenas uma análise “dos de dentro” e uma percepção de despolitização do cotidiano das pessoas. Parece-nos que somente a análise macro seria a responsável por compreender os processos entre as escalas geográficas. Há processos considerados “mais macros” que realmente promovem muitos entraves ao acesso de mulheres brasileiras a cargos eletivos como o próprio sistema eleitoral, a organização dos partidos e o financiamento de campanhas. Porém, como não associar esses processos a temáticas tão relacionadas a vivências de mulheres? Como pensar, por exemplo, a relação entre maternidade e mulheres eleitas para cargos eletivos? O cuidado com uma criança exige uma reorganização pouco pensada por nossa sociedade e se faz necessário refletir sobre esse processo. Uma das vereadoras entrevistadas fez um relato bem interessante de como é ser uma mulher presente na política institucional e, ao mesmo tempo, gerar e cuidar de uma criança.

A vereadora em questão chama-se Marina Callegaro e, no ano de 2023, tinha 41 anos, declarando-se branca, formada em Direito e casada. Ela teve sua filha depois de seis meses de eleita e contou que resolveu engravidar por já ter 39 anos. A entrevistada relatou a seguinte situação:

Eu posterguei um pouco a gravidez, eu cheguei a tentar engravidar antes e não consegui, daí, porque eu estava quase entrando no período eleitoral, decidi não ficar grávida. Aquele período era bem complexo. Aí programei! Ela foi uma filha planejada! Engravidei em agosto do primeiro ano da legislatura. Então praticamente gestando, maternando, durante todo esse período de dois anos.

Fiz duas questões a partir desse relato, uma delas, inclusive, não estava no roteiro de perguntas. A primeira questão foi a seguinte: - E como é que se dá a organização do cuidado com ela?

É uma tarefa dividida com a minha rede de apoio. Eu tenho meu marido e minha mãe. Minha mãe fica com ela por enquanto. Há algumas pessoas que me ajudam, quando ela está comigo nas atividades. Todo mundo se envolve um pouquinho com o cuidado dela. A assessoria... Todo mundo também se agrega a essa condição de eu estar na maternidade sendo vereadora. Então, todo mundo se integra também um pouco no cuidado com a Maria Vitória.

Em seguida coloquei a segunda questão à vereadora: – Não está aqui entre as perguntas do roteiro, mas agora eu fiquei na dúvida: a Câmara dos Vereadores de Santa Maria dispõe de leis que garantam sua licença maternidade?

Tem leis que garantem a licença, mas, eu, por opção, eu não tirei licença maternidade (...). Porque a gente sabe a dificuldade de nós mulheres estarmos ocupando os espaços e foi uma das coisas que me levou a não fazer... não tirar licença maternidade. E, também, porque a minha profissão não tem licença maternidade, eu só tenho um mês de licença maternidade enquanto advogada. Eu sou advogada e estou vereadora. Então, como eu continuo na atuação jurídica, não me senti confortável de continuar atuando como advogada, que eu não tinha como deixar os clientes durante os quatro meses. Só por um mês eu suspendi os meus prazos. Não me senti... não me sentiria confortável de não estar aqui e muito pela questão de tu estar no espaço. Porque eu como uma pessoa jovem na política, não na idade, mas na atuação, se tu sai, não ocupa, olha... praticamente também é esquecido. Daqui a pouco tu fica quatro meses sem atuar, simplesmente sem fazer nada, as pessoas te esquecem. Era um medo que eu tinha. Eu estava recém começando o mandato. Então eu tentei da melhor forma possível conciliar ser boa mãe, não deixei de dar de mamar para ela em nenhum segundo. Era uma correria... A minha mãe monitorava porque ela não mamava na mamadeirainha. Ela pegou uma mamadeirainha faz duas semanas. Um ano e quatro meses, só peito e tomava no copo de uns tempos pra cá. Mas quase um ano, só peito...

Ao final desse momento, ela ainda explicou que nos dias das sessões ela levava a filha ou era liberada por um tempo para amamentar. Sobre essa situação pensei como morar em uma “cidade de porte médio” de alguma forma permite esses tipos de deslocamentos, ou seja, favorece uma vereadora que amamenta.

Além disso, a Câmara de Vereadores de Santa Maria apresenta um fraldário localizado no banheiro feminino, instalado no ano de 2023, e um espaço para amamentação na Procuradoria Especial para Mulheres⁴. Considero que são espaços de reconhecimento da importância da maternidade em locais públicos. Porém, fraldários instalados em banheiros femininos só permitem que pessoas do gênero feminino realizem a atividade da troca de fraldas. Além disso, esses espaços não podem ser relacionados apenas à temática

da maternidade, pois pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida e idosos também podem necessitar desses locais exclusivos.

Em 2021, a deputada Sâmia Bonfim protocolou um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de fraldários em ambientes públicos e privados de circulação, permanência ou concentração de grande número de pessoas. No dia 06.12.2023, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado votou “a proposta que torna obrigatória a instalação de fraldários e banheiros familiares em novas construções de estabelecimentos com grande circulação de pessoas” (LIMA; BORGES, 2023, *on-line*).

O projeto proposto pela deputada foi também pensado e alicerçado por sua experiência de ser mãe e estar exercendo o cargo de deputada federal. Em uma reportagem da Universa Uol do dia 10.11.2021, a jornalista Nathália Geraldo descreve a situação da deputada e do marido, também deputado na Câmara dos Deputados, que fazem as trocas de fraldas do filho dentro dos gabinetes de trabalho. A deputada Sâmia, nessa mesma reportagem, amplia a discussão sobre a importância do fraldário e destaca esse espaço como necessário para uma sociedade que precisa pensar no cuidado com o outro:

Faz toda diferença para as famílias, não só do ponto de vista da dignidade das crianças, por ser um espaço para elas, como na divisão do trabalho e do cuidado com os bebês. Além disso, quebra o paradigma de que trocar fralda é tarefa exclusiva da mulher e contempla casais homoafetivos (Sâmia Bonfim, 2021).

As trajetórias da vereadora e da deputada, marcadas pela maternidade, fizeram com que elas se movimentassem para criar espaços e projetos de cuidado com o outro. Penso, às vezes, que essas movimentações deveriam fazer parte de um conjunto de práticas de uma sociedade e não só daquelas e daqueles que vivenciam certos tipos de situações. Porém, é interessante pensar que o “lugar-mãe” dessas duas mulheres foi além de suas experiências individuais, já que elas articularam outras escalas de vivência. Ou seja, segundo Relph (2014), o

Lugar não é meramente aquilo que possui raízes, conhecer e ser conhecido no bairro, não é apenas a distinção e apreciação de fragmentos de geografia... O que acontece aqui, neste lugar, é parte de um processo em que o mundo inteiro está de alguma forma implicado. Isso é muito existencial e ontológico. Mas, é também econômico e social, pois em toda parte estamos presos em maior ou menor grau nas forças neoliberais e da globalização (p. 31).

Seguindo o caminho de perpassar por trajetórias e lugares através das entrevistas, questionei-me por um tempo se entrevistar seria algo interessante, pois boa parte das mulheres em cargos eletivos apresentam muitas informações disponíveis. Elas criam seus próprios sites, dão entrevistas em rádios, jornais, canais de televisão e de internet, enfim, há uma infinidade de possibilidades para a construção de uma pesquisa sem o contato direto. No entanto, ao entrevistar as duas vereadoras, foi possível perceber ênfases e nuances nas falas que, muitas vezes, causaram-me sensações de alegria e também desânimo. A escuta atenta foi um exercício importante e Levesque-Lopman (2000) destaca a possibilidade de

uma interação entre entrevistadora e entrevistada que estabelece reciprocidade e alimenta a recordação do visto-mas-não-notado, revelando ao conhecedor o que ele sabe, possivelmente pela primeira vez nas suas próprias palavras e na sua própria perspectiva⁵ (p. 103, tradução minha).

Considero importante, nesse momento, apresentar mais detalhes sobre as duas vereadoras que entrevistei para aprofundar as articulações entre suas trajetórias e a importância do conceito/da categoria lugar em movimento.

Como já escrevi anteriormente, ambas foram entrevistadas em 2023. Também já havia descrito que a vereadora Marina Callegaro estava com 41 anos na época da entrevista, declarou-se mulher branca, advogada, casada e teve uma filha durante o seu mandato. Porém, complemento agora que ela morou até os doze anos na zona rural da cidade de Santiago (RS) e depois retornou para sua cidade natal – Santa Maria. Já a vereadora Luci Beatriz estava com 64 anos, declarou-se mulher branca e sempre morou na cidade de Santa Maria (RS). Ela é professora de Educação Física, não tem filhos e vive um casamento homoafetivo⁶.

As duas vereadoras, em algum momento de suas trajetórias pessoais, trabalharam em secretarias da prefeitura municipal, porém nenhuma delas está relacionada às redes de relações de parentesco, ou seja, nenhum de seus familiares exerceu ou exerce mandatos eletivos. No entanto, é importante destacar que as atividades desenvolvidas nessas secretarias promoveram o acúmulo de experiências para as duas no campo político. Essa discussão sobre a construção de “capitais políticos” nas trajetórias de pessoas que atuam nessa área pode ser analisada com mais profundidade no artigo escrito por Luis Felipe Miguel (2003), intitulado “Capital Político e

carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro”. Miguel baseia-se nos estudos de Pierre Bourdieu e apresenta tipos de capital político para a construção de uma carreira nesse campo específico.

No entanto, gostaria de destacar algo da vida dessas duas vereadoras que, de alguma forma, compõe a trajetória delas na política. É sabido que ainda vivenciamos uma divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres. No ano de 2022, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua indicou que “mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas” (NERY; BRITTO, 2023, *on-line*). Essas divisões nos lugarizam no mundo. Mulheres são socializadas para vivenciarem muito mais o espaço privado do que o espaço público. No caso das duas vereadoras, elas foram muitas vezes “liberadas” dos afazeres domésticos para vivenciarem as suas carreiras profissionais. Analisemos os relatos a seguir:

O que que acontece, eu, por muitos anos, morei com a minha mãe, até pouco tempo. novembro, agora, que me eu mudei. A gente divide tarefas domésticas, eu e meu marido. Ele é muito colaborativo com a atenção das tarefas, porque ele sabe que eu tenho uma vida muito corrida. Então ele me ajuda em tudo, me ajuda em tudo: lavar roupa, arrumar a casa. Ele não me ajuda, a gente divide. Não é um auxiliar, né? Às vezes eu acho que eu faço até menos que ele (Marina Callegaro, julho de 2023).

Assim! Enquanto minha mãe era viva, ela não deixava nenhuma das duas (ela e sua esposa) botar ninguém em casa. A gente tinha que tirar ela de casa para botar alguém, para fazer a faxina grossa, porque tanto eu como ela trabalhávamos. Eu ainda trabalho, trabalhávamos por 40 horas. A minha mãe nunca deixou botar empregada. A comida tinha que ser ela que fazia, não admitia que ninguém cozinhasse. Cuidar das nossas roupas tinha que ser ela. Cuidar da casa tinha que ser ela! E ela dizia: o dia que vocês botarem alguém aqui dentro, eu morro! Então o que a gente fazia? A gente fazia uma vez por semana e alguém para fazer tudo. Depois que a minha mãe faleceu continua assim uma vez por semana. Porque a gente saía de casa de manhã e voltava de noite. Então, as gurias não moravam aqui, não moram aqui. A minha mãe era uma pessoa assim: ela levantava de manhã e dizia assim: gurias, vocês vêm almoçar? Não, hoje não! Então, eu vou sair, porque eu tenho os meus compromissos. Se nós fôssemos almoçar, ela ficava até a hora de almoçar e saía com a gente, sabe? Ela era uma pessoa muito ativa, muito, muito ativa (Luci Beatriz, julho de 2023).

Ao transcrever essas falas, pensei também o quanto eu fui “liberada” pela minha mãe para estudar durante a minha trajetória profissional. Nossas mães, as das vereadoras e a minha, são ou foram donas de casa em boa parte de suas vidas e realizaram um tipo de trabalho não valorizado pela sociedade.

É importante destacar o trabalho dessas mulheres como processos emancipatórios para outras mulheres, ou seja, elas fazem parte da construção de nossas carreiras profissionais, pois o trabalho doméstico é essencial para a organização de nossas vidas e exige um tempo de nossas rotinas.

Outra reflexão importante presente nas entrevistas envolveu a infância/a adolescência das duas vereadoras. Os relatos a seguir – o primeiro da vereadora Marina Callegaro e o segundo da vereadora Luci Beatriz – demonstram que elas foram socializadas e inseridas, desde cedo, a partir de vivências familiares, no campo da política. Ou seja, elas foram instigadas a pensar sobre a importância da política em suas vidas.

O meu pai fez campanha e se envolveu na questão política. Primeiro foi com o Leonel Brizola ali e depois o Lula. Eu estudei numa brizoleta⁷ e então eu creditei ao Leonel Brizola a minha condição para estudar. A partir disso, eu queria que ele (Leonel) ganhasse naquela eleição... Aí depois como o Leonel Brizola apoiou o Lula, e eu via que o Lula ia trabalhar para os mais excluídos e eu tinha isso muito presente na minha vida, aí torci pro Lula, eu ia votar pro Lula “entre aspas”.

Depois teve eleição para o município, onde eu comecei a ajudar meu pai na campanha eleitoral, porque o candidato a prefeito na época, o Vilmar Leite, que era do MDB, era um partido diferente do PP lá de Santiago. Foi à única vez que o MDB ganhou pensando nas questões de exclusão, naquela época. Então eu acabei me envolvendo naquela campanha eleitoral, junto com meu pai, na quinta série. E foi aí que eu disse que eu ia concorrer à vereadora. Então foi nesse momento que eu decidi (Marina Callegaro, 41 anos, julho de 2023).

Eu venho de uma família muito humilde, muito pobre, foi na época que os ferroviários eram perseguidos pelo sistema político, né? (o pai da vereadora foi ferroviário). De Getúlio Vargas e aquela coisa toda... Mas, os ferroviários foram muito perseguidos, pelo regime militar, na época, então eu vendo a família muito pobre, minha mãe lavava roupa para fora, passava e eu ajudava ela a entregar as roupas dos clientes.

Eu nunca pensei entrar para a política eletiva. Eu sempre fui uma pessoa muito politizada, tá? Eu sempre acompanhei muito a caminhada do Brizola. Por quê? Porque para mim, ele é um político que sempre levantou a bandeira da educação e eu como educadora mesmo antes de ser educadora, eu fui estudante. O que ele fazia pela educação... O que ele procurava trazer para educação do povo brasileiro. Um governador que em quatro anos fez mais de 6.000 escolas. Eu vi que pensa na Educação! Quando foi governador do Rio de Janeiro criou os Cieps. Quando criou o Sambódromo, a única exigência foi em período que não for de carnaval, o sambódromo tem que ser escola. Então não tinha como... Mas concorrer nunca, nunca! O que me levou a concorrer? O apelo da minha categoria... (Luci Beatriz, 64 anos, julho de 2023).

Para Luis Felipe Miguel; Danusa Marques e Carlos Machado (2015) concorrer a cargos eletivos “está condicionado por dois fatores: a vontade de participar da política institucional e o acesso aos recursos necessários – tanto materiais quanto simbólicos – para que esta participação se efetive” (p. 721). Essa “vontade”, que parece algo apenas do querer individual, na verdade, pode ser construída a partir de um lugar permeado por “vivências políticas” em diversas escalas temporais. As duas vereadoras, por exemplo, inter-relacionam suas vivências na infância com a política nacional.

A reflexão, aqui proposta, não é determinista a ponto de concluir de que esses tipos de vivências conduzem as pessoas a participarem de pleitos eleitorais como candidatos e candidatas. Porém, como o Brasil vivencia uma baixa representatividade de mulheres na política – segundo os dados da Inter-Parliamentary Union, para os anos de 2020 e 2022, somos o país da América do Sul com a menor proporção de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados – entendo, assim, que as iniciativas⁹ de apresentar para meninas/adolescentes/mulheres adultas os debates políticos tornam-se essenciais para movimentar essa possível “vontade de querer” participar da política institucional.

Além das entrevistas, que ponderei importantes para a construção de caminhos para a pesquisa em andamento, realizei mais um procedimento, sugerido pelo meu orientador, sobre a espacialização dos votos de cada candidata. Realizar esse tipo de procedimento na escala nacional, a partir dos municípios, foi e é algo relativamente fácil. Os mapas dos limites dos municípios e dos estados georreferenciados são disponibilizados gratuitamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) e os dados dos votos de cada deputada por municípios também são facilmente encontrados no site do Tribunal Eleitoral Superior.

No entanto, quando fui realizar esse mesmo procedimento para a escala do município de Santa Maria, os desafios começaram já na coleta dos dados no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, pois esses não são disponibilizados por bairros, mas por seções eleitorais. Ou seja, tive que solicitar os endereços das seções e agrupar os votos de cada seção por bairro para o órgão local.

Construí inicialmente tabelas para visualizar as votações, pois os arquivos *shapefiles* dos limites dos bairros e dos distritos de Santa Maria

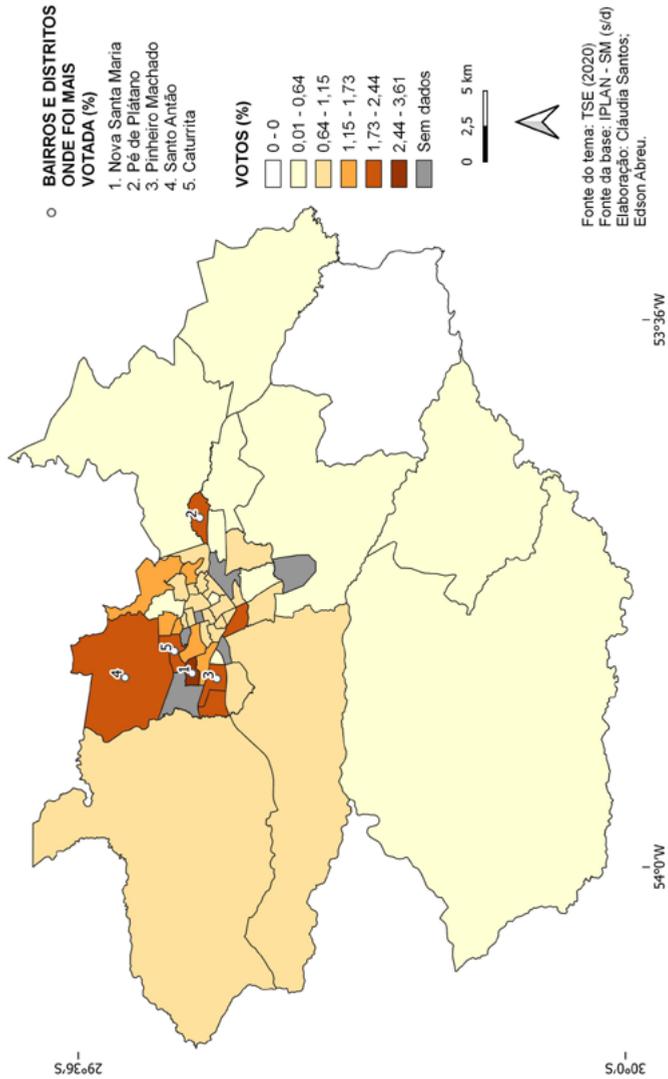
não estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal. Inicialmente, fiz uma pesquisa no site do Instituto de Planejamento de Santa Maria e encontrei os estudos relacionados aos bairros e distritos, mas os dados georreferenciados dos limites dos bairros e dos distritos só foram liberados depois que um ofício de solicitação, assinado pelo orientador, e um termo de responsabilidade, assinado por mim, foram enviados para o Instituto. Como havia uma cláusula, no termo de responsabilidade, de que a divulgação de resultados só poderia ocorrer no âmbito de pesquisas acadêmicas, os dois mapas não foram repassados para as assessorias das vereadoras.

A elaboração dos mapas teve como objetivo inicial observar a espacialização dos votos e compreender através das entrevistas a relação das vereadoras com as localidades de maior ou menor votação. Os estudos relacionados à Geografia do Voto buscam, geralmente, apresentar padrões de distribuição de votos relacionados aos aspectos socioeconômicos dos municípios, das regiões, dos estados, dos bairros ou das zonas eleitorais. Além disso, essas análises tentam explicar o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro, bem como demandas relacionadas à representação proporcional, majoritária e distrital mista (SANTOS, 2015).

Os mapas, para a minha pesquisa, são compreendidos como fontes de composição das trajetórias das vereadoras. A estratégia, para este escrito, foi o de comparar os dois mapas, cruzar com as entrevistas e com os estudos socioeconômicos sobre os bairros e distritos de Santa Maria. No momento de agrupar as seções eleitorais nos bairros, observou-se que os bairros Agro-Industrial, Divina Providência, Bonfim e Renascença não estavam na lista de seções das zonas eleitorais de Santa Maria e duas seções aparecem com o mesmo endereço em dois bairros distintos: Tomazetti e Cerrito. Optou-se por localizar a seção no bairro Tomazetti. Devido a essas inconsistências, aguardei as entrevistas acontecerem, pois, se houvesse muita discrepância entre os dados apresentados e as falas das vereadoras, seria necessário descartá-los.

Na entrevista com a vereadora Marina Callegaro, ao ser questionada sobre em quais bairros obteve as maiores votações, ela respondeu que, provavelmente, seriam os bairros da região oeste de Santa Maria. Ao analisar o mapa de sua votação, há realmente uma concentração de votos nessa parte da cidade (ver mapa 1).

Mapa 1
VOTAÇÃO - MARINA CALLEGARO. SANTA MARIA (RS), 2020



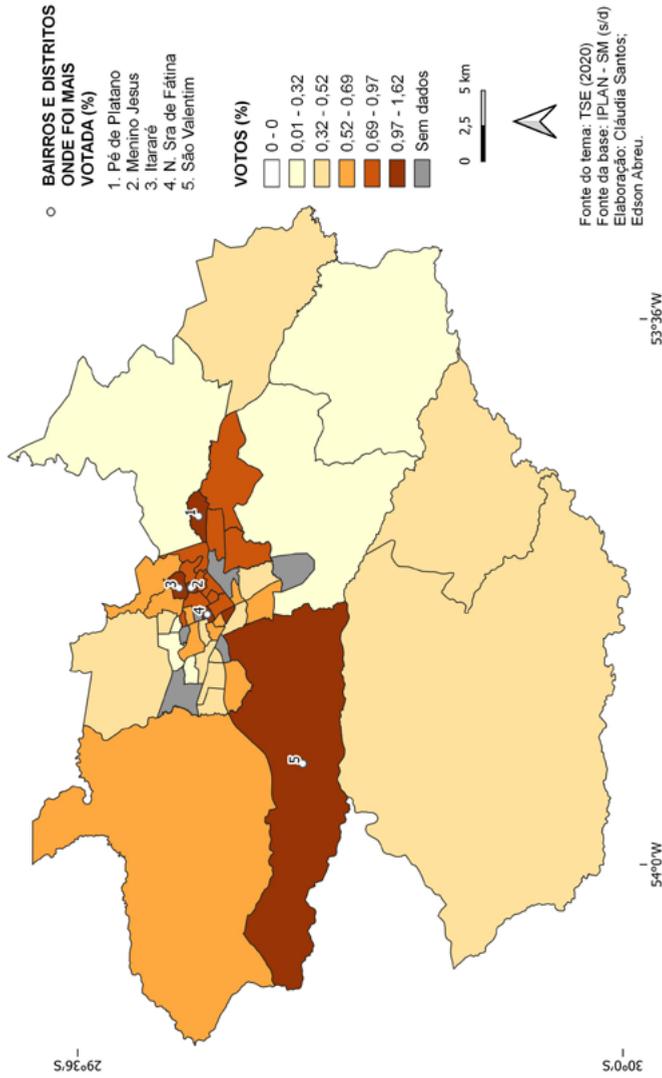
Ela explicou que a sua atuação esteve bastante voltada para a parte mais oeste da cidade e ressaltou: “Se tu for ver minha votação está relacionada a uma camada que se sente excluída do processo e que quer se sentir representada aqui dentro” (Marina Callegaro, 2023). Segundo estudo de Spode e Faria (2020) sobre “Indicadores de pobreza e privação social na área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul”, a população que habita a parte oeste da cidade apresentou, em 2010, as menores rendas médias por domicílio na área urbana de Santa Maria, entre R\$ 443,00 até R\$ 1031,00.

Nessa parte da cidade, onde a vereadora obteve mais votos, está um dos bairros mais emblemáticos relacionados à luta por direito à moradia – o bairro Nova Santa Marta. Na década de 1990, a ocupação aconteceu em uma fazenda do estado – Fazenda Nova Santa Marta e apenas em 2006 houve o reconhecimento do bairro. Em uma reportagem sobre os trinta anos de ocupação da fazenda, uma das participantes do movimento, Maria de Fátima Gonçalves, declarou que “a organização por parte do Movimento, que se apoiou nas igrejas, sindicatos, partidos políticos, deu suporte à permanência” (NUNES, 2021, *on-line*). Dentre os partidos políticos que estiveram apoiando o movimento, o Partido dos Trabalhadores acabou ganhando destaque, pois, também nos anos 2000, o vereador mais atuante desse período tornou-se prefeito da cidade.

O ex-prefeito de Santa Maria, Valdeci Oliveira (atualmente deputado estadual pelo PT no Rio Grande do Sul) reconheceu em sua gestão a ocupação como um bairro e em 2007 garantiu verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para ações de infraestrutura. A vereadora Marina Callegaro trabalhou na gestão de tal prefeito e reconheceu em um momento da entrevista que esse foi um dos períodos importantes da sua trajetória de chegada à Câmara dos Vereadores. Ela fez estágio na Prefeitura, se filiou ao partido e integrou os quadros de confiança do ex-prefeito Valdeci.

A vereadora Luci Beatriz, como colocado várias vezes por ela, apresenta uma forte relação com um eleitorado de professores e de professoras da Rede Municipal de Santa Maria. Portanto, quando questionada sobre quais foram os bairros nos quais obteve as maiores votações, explicou que provavelmente não teria grandes concentrações, seria algo “espalhado” (ver mapa 2).

Mapa 2
VOTAÇÃO - LUCI BEATRIZ. SANTA MARIA (RS), 2020



E, realmente, ela tinha razão em sua declaração, pois não há bairros exclusivos para moradias de professores. Ela, também, declarou que sua maior votação havia ocorrido no bairro João Goulart, porém os dados indicaram que sua maior votação foi no bairro do Pé de Plátano. Como indiquei que havia inconsistência entre os dados do TRE-RS e as localizações das seções, esse seria o momento de pensar em uma nova estratégia para retomar os mapas de votação. Porém, compreendi que estes instrumentos nem sempre vão aprofundar elementos constituintes de uma trajetória.

Por fim, destaco que, no caso da trajetória da vereadora Marina Callegaro, observar a distribuição dos votos foi importante, pois evidenciou uma coerência de sua história com o partido escolhido para sua candidatura e o trabalho que ela desenvolveu em um momento da sua vida como assessora. Já no caso da vereadora Luci Beatriz, como ela representa uma categoria específica, o mapa pouco aprofunda sua trajetória. Foi preciso ficar atenta à entrevista e depois ler os projetos atuais da vereadora, estes que são todos voltados para a área da Educação⁹. Ou seja, há uma coerência dessa vereadora, desde a sua primeira eleição, relacionada ao grupo que ela representa, dos professores e professoras do município de Santa Maria.

4. Considerações Finais

Nesse momento do artigo, talvez seja redundante afirmar, mais uma vez, a importância do trabalho de campo como um processo que (re)orienta as pesquisas na ciência geográfica. Porém, gostaria de propor como considerações finais deste artigo alguns caminhos, ainda em construção, abertos a partir das situações de pesquisa relatadas aqui e que me conduziram a repensar a tese de Doutorado em andamento.

Primeiro é importante ressaltar que a relação entre uma fenomenologia crítica feminista e a geografia brasileira vem caminhando nos mesmos passos lentos de uma sociedade que tem dificuldade de aceitar uma existência feminina presente em cargos eletivos no Brasil.

A organização espacial desses recintos decisórios de poder já indica a dificuldade de inserção de mulheres, pois raramente vamos encontrar

fraldários e/ou espaços de amamentação nesses locais. Portanto, ao me deparar com esses espaços, em 2023, na Câmara dos Vereadores de Santa Maria, considereei isto um pequeno avanço para garantir mais mulheres (mães) vereadoras na cidade. Afinal, até 2015, o plenário do Senado não apresentava nem mesmo um banheiro feminino para as senadoras¹⁰.

Há também, ainda, muita resistência em compreender que os princípios metodológicos da(s) Fenomenologia(s) pressupõem a superação de preconceitos no processo de descrição das experiências. Portanto, incluir a descrição de experiências de grupos expropriados de acesso a cargos eletivos na sociedade brasileira não é “acréscimo extrínseco à fenomenologia, mas sim um sinal de sua própria coerência” (MISSAGIA, 2015, p. 166).

A questão proposta é a de pensar que toda existência humana é definida por sua situação. Existem, portanto, limites históricos, culturais, sociais e econômicos para cada situação de “ser mulher”. É preciso situar as mulheres em seus diversos contextos socioespaciais (YOUNG, 2005). Situar trajetórias a partir dos seus lugares é um caminho para não reduzir a condição das mulheres brasileiras a uma ininteligibilidade oriunda de alguma essência feminina natural e a-histórica.

Outro caminho, já traçado por Serpa (2019) em suas pesquisas, é pensar os conceitos/categorias da Geografia em movimento. Para o pesquisador, os geógrafos, muitas vezes, pressupõem interpretações cristalizadas, como se lugar fosse apenas o espaço vivido e território espaço de poder. No processo de desenvolvimento de minha pesquisa, o lugar ganhou contornos de um vivido politizado, de uma imbricação de escalas e diretamente relacionado ao poder exercido por essas vereadoras, afinal elas decidem os encaminhamentos de políticas públicas/projetos no município de Santa Maria.

Ao mesmo tempo, foi possível perceber que suas atuações podem criar territórios de representatividade para categorias específicas na Câmara dos Vereadores. Enquanto a vereadora Marina Callegaro disse em vários momentos de sua entrevista que, de alguma maneira, ela representa os excluídos da cidade de Santa Maria, a vereadora Luci Beatriz foi categórica em afirmar sua representatividade relacionada à categoria de professores e isso fica notório na construção dos projetos propostos por ela na Câmara dos Vereadores.

Os resultados deste trabalho de algum modo proporcionaram certos amadurecimentos relacionados aos procedimentos metodológicos, a saber: o roteiro da entrevista e a interpretação dos mapas de votação das vereadoras. Estes não são, necessariamente, explicativos e definitivos de uma trajetória, mas indícios que podem tangenciar ou não explicações mais aprofundadas sobre a vida das mulheres eleitas para cargos eletivos.

O trabalho de campo como um momento experimental da atual pesquisa foi instigante no sentido de re(pensar), através dessas trajetórias, a complexidade que abarca a reflexão geográfica sobre vivências de mulheres eleitas para cargos eletivos. É preciso estar muito atenta às nuances das diferenças escalares no movimento dos conceitos/categorias da Geografia, pois elas demonstram algumas situacionalidades da existência feminina.

Notas

- 1 Para mais detalhes, consultar a minha dissertação disponível no repositório da Universidade Federal da Bahia: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19843>
- 2 No original: "Biography, literally, refers to the description in words or otherwise of one's course of life. Geobiography is the expression of the course of life as it relates to the places lived" (p. 87).
- 3 No original: "Underlining 'the places lived' may sound trivial. But how can anyone exist without a place? As embodied beings, to be sure, we have no possibility other than to live somewhere. Human life is a topocentric reality" (p. 87-88).
- 4 Esses espaços foram pensados pela vereadora Marina Callegaro.
- 5 No original: "(...) it is an interaction between the interviewer and interviewee that establishes mutuality, and nourishes recall of the seen-but-not-noticed, revealing to the knower what she knows, possibly for the first time in her own words and from her own perspective" (LEVESQUE-LOPMAN, 2000, p.103).
- 6 Poderia apenas utilizar a palavra casada para descrever o estado civil da vereadora. No entanto, ela explicou-me com detalhes o atual estado civil e contou com muita admiração a construção de sua relação com a esposa. Considerei, assim, importante dar esse destaque no texto.
- 7 "A Brizoleta é um reflexo de um pensamento, no qual se pode melhorar a sociedade por meio da educação. Ela pode ser concebida como a personificação de um projeto que priorizava uma educação de qualidade, podendo ser entendida como símbolo de uma época de mudanças através da educação" (MORAES; MARINHO, 2017, p. 617)

"Onde houvesse um grupo de mais de 20 crianças era construída uma escolinha padronizada, quase mantendo o estilo de uma casa. Um porão e, acima, a escola construída com madeira. O porão servia de espaço para a comunidade, onde normalmente funcionava um bar, sendo também ponto de encontro para jogos de cartas e, em algumas regiões, para reuniões dançantes (bailes)" (FRIGOTO, 2023, p. 114).

- 8 No ano de 2017, como professora da educação básica técnica e tecnológica do Instituto Federal Farroupilha, elaborei um projeto de ensino que tinha como objetivo proporcionar aos estudantes uma compreensão de como funcionava o sistema eleitoral, com especial atenção para a baixa representatividade feminina na política brasileira. Por isso, propus aos discentes a realização de entrevistas com as vereadoras de seus municípios. Na ocasião, ainda que apenas seis estudantes (quatro meninas e dois meninos) tenham efetuado as entrevistas, os resultados foram socializados com todos da escola.
- 9 Citarei alguns projetos que viraram leis no município de Santa Maria: Normas de Convivência – Lei nº 6152/2017; Práticas restaurativas – Lei nº 6185/2017; Descarte de livros didáticos não mais utilizados – Lei 6353/2019 e Semana municipal da educação de Jovens e Adultos (EJA) – Lei nº 6385/2019.
- 10 Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>.

Referências

- ALEGRETTI, Laís. Plenário do Senado terá banheiro feminino 55 anos após inauguração Senado realiza reforma para construir um banheiro para mulheres: até a última sessão de 2015, plenário tinha banheiro só para os homens. **O Globo**, 05 jan. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>>. Acesso: 15/01/2024.
- ANTUNES, Marcelo. **Conquistas e desafios da Nova Santa Marta são debatidos em Santa Maria**. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 13 dez. 2021. Disponível em: <<https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/326850>>. Acesso: 11/01/2024.
- ARAÚJO, Clara. Divisão sexual do trabalho doméstico como problema político. In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias (Org.). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020. p. 41-70.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB). **Boletim Paulista de geografia**, São Paulo, n. 84, jul. 2006. Disponível em: <https://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografia_fisica/BPG84_Pesquisa.pdf>. Acesso: 20/08/2023.
- BARREIRA, Irllys A. F. Mulheres no Congresso: trabalho político, agenciamentos coletivos e rituais de reconhecimento. In: MIGUEL, Luís F. (Org.). **Mulheres e Representação Política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2021. p. 621-628.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

GERALDO, Nathália. **Fraldário em locais públicos pode ser obrigatório por lei**; entenda. Universia Uol 10 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/11/10/fraldario-em-locais-publicos-vira-tema-de-projeto-de-deputada-samia-bonfim.htm>>. Acesso em 10/01/2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As ‘brizoletas’: sentido, contexto histórico e contraste com o tempo presente. **Revista desenvolvimento e civilização**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. ?, julho 2023.

KARJALAINEN, Paulini. T. **On Geobiography**, Koht ja Paik / Place and Location, Tallinn, n. 3, p. 87-92, 2003.

LEVESQUE-LOPMAN, Louise. Listen, and You Will Hear: Reflections on Interviewing from a Feminist Phenomenological Perspective. In: FISHER, Linda; EMBREE, Lester (Org.). **Feminist Phenomenology**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000. p. 103-132.

LIMA, Kevin; BORGES, Beatriz. Proposta prevê obrigatoriedade de espaços acessíveis para trocar fralda de bebês, não só dentro de banheiros femininos, em espaços de grande circulação. **O Globo**, 06 dez. 2023 Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/12/06/ccj-do-senado-aprova-projeto-que-torna-fraldario-obrigatorio-em-novos-predios-texto-vai-a-camara.ghtml>>. Acesso em 10/01/2024.

MIGUEL, Luis F.; MARQUES, Danusa; MACHADO Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015.

MIGUEL, Luis F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MIGUEL, Luis F. (Org.). **Mulheres e Representação Política**: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021.

MISSAGIA, Juliana. Fenomenologia e feminismo: introdução e defesa de um diálogo fecundo. In: PACHECO, Juliana (Org.). **Mulher e filosofia**: as relações de gênero no pensamento filosófico. Porto Alegre: Fi, 2015. p. 157-179.

MORAES, Letícia B; MARINHO, Alcyane. Brizoletas: um passeio pela memória, patrimônio cultural e educação. **Educação**, Santa Maria, v. 42, n. 3, p. 615-628, set./dez. 2017.

NERY, Carmen; BRITTO, Vinícius. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência IBGE notícias**, 11 ago, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso: 10/01/2024.

NUNES, Fritz R. **Memórias da ocupação que resultou no bairro Nova Santa Marta**. Seção Sindical dos Docentes da UFSM, 06 dez. 2021. Disponível em: <https://www.sedufsm.org.br/noticia/7003-memorias-da-ocupacao-que-resultou-no-bairro-nova-santa-marta>. Acesso: 11/01/2024.

PINTO. Céli Regina Jardim; OLIVEIRA, Augusta da Silveira. Caminhos e descaminhos das cientistas políticas brasileiras. In: BIROLO, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias (Org.). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020. p. 247-274.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual o espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 17-32.

SANTOS, Claudia Alves dos. **O contexto da violência nos espaços vividos, percebidos e concebidos na cidade de Salvador**: estudo de caso nos bairros da Pituba e Nordeste de Amaralina. 2009. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

SANTOS, Diego. A. Geografia do voto: breves apontamentos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: ESTADO E DEMOCRACIA EM MUDANÇA NO SÉCULO 21, 1., Porto Alegre, set. 2015, **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, set. 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/DiegoSantos.pdf>>. Acesso em: 10/01/2024.

SERPA, Angelo. Problematizando lugar como conceito e categoria da geografia humanista. **Geosp**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 1-13, ago. 2022.

SERPA, Angelo. **Por uma Geografia dos Espaços Vividos**: Geografia e Fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SERPA, Angelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 7-24, jul. 2006. Disponível em: <https://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografia_fisica/BPG84_Pesquisa.pdf>. Acesso: 20/08/2023.

SPODE, Pedro L. C.; FARIA, Rivaldo M. Indicadores de pobreza e privação social na área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 36, p. 9-29, 2020.

YOUNG, Iris Marion. **On female body experience**: "Throwing like a girl" and other essays. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Recebido em 08/03/2024

Aceito em 09/05/2024